

**IMPORTÂNCIA DE UMA EFICIENTE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM
UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO****IMPORTANCE OF EFFICIENT BUDGET EXECUTION IN A MILITARY OR-
GANIZATION OF THE BRAZILIAN ARMY**

283

Uiliam Acosta Arruda¹, Carine da Rosa Crixel², João Cleber de Souza Lopes³, Luiz Vanderlei
Frescura⁴

RESUMO: A eficiência dos órgãos públicos tem sido questionada pela população em geral. A situação financeira do país reforça a importância de que os órgãos públicos realizem uma melhor gestão dos recursos orçamentários a ele descentralizados, não sendo exceção uma Unidade Militar, haja vista que também gere recursos provenientes de impostos arrecadados das mais diversas formas. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou analisar como a falta de planejamento em uma Unidade Gestora, que no caso também é uma Organização Militar, impacta na execução orçamentária, bem como as ferramentas de apoio a decisão do Ordenador de Despesas daquela Unidade. Tendo como objetivo geral identificar como o planejamento orçamentário influencia na execução da despesa, no caso do 10º Batalhão Logístico, situado em Alegrete/RS. A metodologia utilizada na referida pesquisa foi a Bibliográfica, utilizando de fontes de consulta, seja de acesso ao público como, por exemplo, o Portal da Transparência do Governo Federal, seja de acesso interno, para os servidores e/ou militares, como por exemplo o SIAFI e o SAG. Foram extraídos dados orçamentários e financeiros da referida UG, referentes aos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018. Os dados coletados foram incluídos em uma planilha com a finalidade de melhor verificar os índices da gestão nos respectivos anos, bem como apontar as consequências da falta de planejamento na execução do crédito descentralizado a UG. Por fim, após as análises, foi possível identificar, com base no parâmetro estabelecido, que o ano com a gestão mais eficiente na Unidade foi o 2017, pois houve uma maior equidade nos valores em cada estágio da despesa e conseqüentemente um menor valor inscrito em RPNP, mas com o cuidado de não expor a figura do OD nos respectivos exercícios financeiros.

Palavras-chave: Planejamento; Execução Orçamentária; Crédito.

Abstract: *The efficiency of public agencies has been questioned by the population in general. The country's financial situation reinforces the importance of public agencies better managing their decentralized budget resources, a Military Unit being no exception, given that it also generates resources from taxes collected in various ways. In this context, the present research sought to analyze how the lack of planning in a Management Unit, which in this case is also a Military Organization, impacts on the budget execution, as well as the tools to support the decision of the Order of Expenses of that Unit. Having as general objective to identify how the budget planning influences the execution of the expense, in the case of the 10th Logistics Battalion, located in Alegrete/RS. The methodology used in the referent research was the Bibliographic, using sources of consultation, either with access to the public, such as the Transparency Portal of the Federal Government, or with internal access for civil servants and/or military personnel, such as*

the SIAFI and SAG, budget and financial data of the said UG were extracted, referring to the financial years 2016, 2017 and until the end of November 2018. The collected data were included in a spreadsheet in order to better verify the rates management in the respective years as well as pointing out the consequences of the lack of planning in the execution of decentralized credit to the UG.

Finally, after the analyses, it was possible to identify, based on the established parameter, that the year with the most efficient management in the Unit was 2017, as there was greater equity in the expense stages and consequently a lower amount inscribed in RPNP, but taking care not to expose the OD figure in the respective financial years.

Keywords: *Planning; Budget Execution; Credit.*

INTRODUÇÃO

Até o exercício de 1986, o Governo Federal convivia com uma série de problemas de natureza administrativa que dificultavam a adequada gestão dos recursos públicos e a preparação do orçamento unificado. Um dos grandes problemas enfrentados era o estoque ocioso de moeda, dificultando a administração de caixa, decorrente da existência de inúmeras contas bancárias, no âmbito do Governo Federal.

Em cada Unidade havia uma conta bancária para cada despesa. Exemplo: Conta Bancária para Material Permanente, Conta bancária para Pessoal, conta bancária para Material de Consumo etc. (TESOURO NACIONAL, 2018). A solução desses problemas representava um verdadeiro desafio à época para o Governo Federal. O primeiro passo para isso foi dado com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 10 de março de 1986, para auxiliar o Ministério da Fazenda na execução de um orçamento unificado a partir do exercício seguinte.

A STN, por sua vez, identificou a necessidade de informações que permitissem aos gestores agilizar o processo decisório, tendo sido essas informações qualificadas, à época, de gerenciais. Dessa forma, optou-se pelo desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado, que integrasse os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo e que pudesse fornecer informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração.

Desse modo, a STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em menos de um ano, implantando-o em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos.

Com o SIAFI, os problemas de administração dos recursos públicos que apontamos acima ficaram solucionados. Hoje o Governo Federal tem uma Conta Única para gerir, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. (TESOURO NACIONAL, 2018).

Além disso, os Órgãos governamentais cada vez mais são questionados sobre resultados, eficácia e efetividade dos gastos e custos de suas atividades. Um dos fatores mais recorrentes refere-se à gestão do orçamento que lhe é destinado, tendo em vista que os valores provisionados devem atender as demandas cada vez maiores das UG, mesmo com as diversas restrições orçamentárias dos últimos anos. (TESOURO NACIONAL, 2018).

Diante desse desafio, obrigam-se a buscar cada vez mais a eficiência na administração pública, necessitando de mecanismos de controle e de instrumentos capazes de subsidiar suas decisões.

No tocante ao princípio da eficiência, o autor Araújo (p.25,2016), assim se posicionou:

A inclusão expressa do princípio da eficiência na Constituição da República faz com que o bom resultado nos serviços e um melhor aproveitamento do dinheiro, sejam condutas exigíveis do administrador pela sociedade. Poderíamos dizer que estabelecido como princípio constitucional, a eficiência passa a se constituir direito subjetivo público do cidadão

O Governo Federal, por sua vez, visando apresentar ao cidadão a gestão dos recursos públicos oriundos das mais diversas formas de arrecadação do Governo, criou o Portal da Transparência do Governo Federal, conforme Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Ressaltamos aqui que, este trabalho não teve como objetivo o foco em ferramentas de transparências dos gastos públicos e sim na importância da eficiência na gestão dos recursos públicos, no caso uma Organização Militar localizada na cidade de Alegrete/RS.

A prontidão é o estado de normalidade da Força Terrestre, incluindo a prontidão orçamentária. As restrições orçamentárias impostas exigem que a atuação do Ordenador de Despesas seja determinante no emprego tempestivo da totalidade dos recursos recebidos, devendo, obrigatoriamente, quando da impossibilidade de empregar algum recurso recebido, reportar a quem o provisionou, oportunamente.

Nas Unidades Militares, os resultados de uma eficiente ou não gestão dos recursos públicos fica condicionada a demonstração da despesa por meio do SIAFI, pois não há, em geral, prestação de serviço ao público de modo explícito.

O desafio da eficiência na gestão dos recursos, em especial a sua execução orçamentária, se torna ainda mais complexo tendo em vista as particularidades de cada Unidades Gestoras, que possuem demandas, prioridades e recursos distintos entre si, como é o caso das Organizações Militares do Exército Brasileiro.

Por esse motivo e por uma busca de maior agilidade no seu gasto, os Ordenadores de Despesas (OD), obrigam-se à adoção de mecanismos para uma maior presteza execução dos valores provisionados em detrimento a eficiência do gasto.

A execução orçamentária e financeira ocorrem concomitantemente, por estarem atreladas uma à outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro, mas não se poderá gastá-lo, se não houver a disponibilidade orçamentária.

Em consequência, pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual – LOA, ou seja, a emissão da Nota de Empenho (NE). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender à

realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento, a emissão da Ordem Bancária (OB). (TESOURO NACIONAL, 2018).

Executar o Orçamento é, portanto, realizar as despesas públicas nele previstas, seguindo à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei nº 4320/64: empenho, liquidação e pagamento.

O 10º Batalhão Logístico é uma Unidade Militar, sediada em Alegrete, Rio Grande do Sul, é um Órgão público federal fazendo parte do Orçamento Federal e de sua respectiva execução. Possui autonomia administrativa, gerindo os créditos a ele descentralizados e também executa pagamentos, utilizando numerários repassados da Secretaria de Economia e Finanças, SEF, através da Diretoria de Contabilidade, D Cont, as quais envolve diversos controles e sistemas ligados à execução orçamentária e financeira, além do próprio SIAFI.

Ao propormos uma abordagem sobre a importância de uma eficiente execução orçamentária, procurou-se apresentar as dificuldades para o Ordenador de Despesas em gerir os créditos descentralizados àquela Organização Militar acompanhado de uma eficiência do gasto. A agilidade cobrada por força de legislação da Força, em geral, impacta consideravelmente na inscrição em Restos a Pagar, pois a pressa somada a falta de planejamento, acarreta em aquisições de bens ou serviços desnecessários e por vezes, com empresas impedidas de prestarem serviços ou fornecerem bens a Administração, ocasionando um mau uso do dinheiro público, e esse seria de interesse da população em geral.

Com base nesse assunto, definiu-se como objetivo geral deste trabalho, identificar como o planejamento orçamentário influencia na execução da despesa, no caso do 10º Batalhão Logístico, situado em Alegrete/RS e, para atingir com êxito, a análise mais precisa no tocante a gestão da execução orçamentária, este decidiu seguir os seguintes objetivos específicos: apresentar as consequências de uma execução orçamentária da provisão recebida sem o devido planejamento; analisar os fatores que influenciam na maior agilidade no emprego dos créditos; analisar os valores da provisão recebida e créditos empenhados;

reconhecer como os sistemas de acompanhamento da gestão dos recursos podem ajudar o Ordenador de Despesas na tomada de decisão.

METODOLOGIA

No presente estudo foi utilizada a abordagem qualitativa, pois buscou a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos (PRODANOV, 2013, p.69).

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva caracteriza quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Tal pesquisa registra, observa, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relação com outros fatos. (PRODANOV, 2013).

No que se refere aos procedimentos, é um estudo de caso na UG 160354, 10º Batalhão Logístico (10º B Log), do Exército Brasileiro. Primeiramente realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, em que foram analisadas as normas e legislações vigentes, bem como os manuais de Orientação aos Agentes da Administração, consultas em exercícios anteriores (2016, 2017 e 2018), no SIAFI, fins de comparação de exercícios financeiros diferentes e, consequentemente, gestões diferentes.

Foram verificados os dados em sistemas específicos utilizados dentro do respectivo Órgão, além do SIAFI e do próprio Portal da Transparência do Governo Federal.

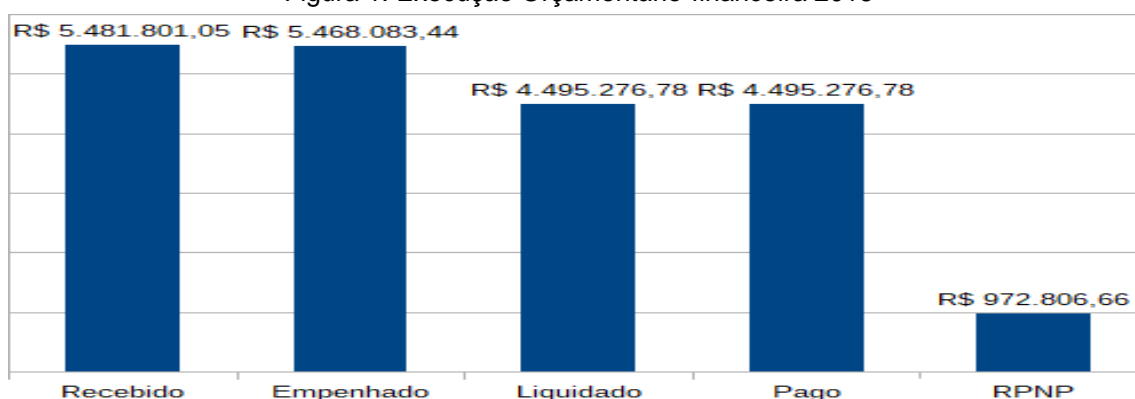
Além disso, julgamos necessário a análise das mais diversas Portarias e manuais do Exército Brasileiro para um maior embasamento na abordagem, fins de verificar as dificuldades que o Ordenador de Despesas enfrenta na gestão dos créditos descentralizados para aquela Unidade Gestora.

Os dados, após coleta, foram inseridos em planilha de Excel, utilizando gráficos disponíveis na ferramenta para melhor verificação dos valores apurados em diferentes exercícios financeiros, visando analisar a gestão dos recursos públicos em diferentes exercícios, além de verificar os diversos contingenciamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos as contas contábeis do 10º Batalhão Logístico, Unidade Gestora 160354, no SIAFI, dos exercícios financeiros 2016, 2017 e 2018, onde, no ano de 2016, verificamos que houve um montante consideravelmente alto para o porte da UG, conforme podemos verificar na Figura 01:

Figura 1: Execução Orçamentário-financeira 2016



Fonte: SIAFI

Com base nas informações dos valores da Figura1, cuja fonte é o SIAFI, verificamos que a provisão recebida foi de R\$ 5.481.801,05, porém, devemos atentar principalmente para os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados, RPNP, que, em percentuais, chegou à marca de 17,74% de Notas de

Empenho inscritas em RP, para o exercício financeiro de 2017, totalizando R\$ 972.806,66

Para uma Unidade Gestora Executora (UGE) considerada pequena em comparação a outras Organizações Militares, por exemplo, Instituições de Ensino e Hospitais Militares, o volume de créditos recebidos naquele ano é bem expressivo. Nesse sentido, consideramos que o valor de aproximadamente R\$ 980.000,00, que foram inscritos em RP, demonstrou, em tese, uma gestão pouco eficiente no tocante a agilidade na cobrança dos fornecedores para efetuar a liquidação das respectivas NE.

Verificamos ainda, por meio do SIAFI, que dos mais de R\$ 5.400.000,00 em créditos recebidos, cerca de R\$ 1.300.000,00 foram para atender despesas com indenização de pessoal, passagens e diárias, ou seja, só contabilizamos para fins de execução orçamentária e financeira, pois não é em proveito da UG. Além de R\$ 247.000,00 para atender despesas com concessionárias prestadoras de serviços públicos, que visam manter a vida vegetativa da Organização Militar (OM).

Figura 2: Provisão Recebida 2016: Indenização com pessoal, ND 339093.

```

SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTR-CONRAZO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)
23/11/18 22:00 USUARIO : ARRUDA
PAGINA : 1

UG EMITENTE : 160354 - 10 BATALHAO LOGISTICO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO
CONTA CONTABIL : 522210100 - PROVISAO RECEBIDA

CONTA CORRENTE SALDO EM R$
N 1 085622 0100000000 339030 110407 A1DTDEFOUTR 20.439,31 D
N 1 085622 0100000000 339030 110407 A1DTDEFOUTR 66.509,60 D
N 1 085627 0100000000 339030 110407 A1DTDEFOUTR 6.800,00 D
N 1 085965 0175110071 339015 113413 D1DTFSMOUTR 879,70 D
N 1 088942 0100000000 339093 180505 D1PEINDMV4A 12.650,04 D
N 1 088942 0100000000 339093 180505 D1PEINDMV4T 9.835,50 D
N 1 088942 0100000000 339093 180505 D6PEINDMV1A 664.263,74 D
N 1 088942 0100000000 339093 180505 D6PEINDMV1T 594.206,88 D
N 1 088961 0100000000 339030 180504 E6SUCOLA1QR 416.207,36 D
N 1 088961 0100000000 339030 180504 E6SUCOLA3RR 3.999,34 D
N 1 088961 0100000000 339030 180504 E6SUCOLA4QR 500,00 D
N 1 088961 0100000000 339030 180504 E6SUCOLA5PA 19.926,46 D
CONTINUA ...

PF1-AJUDA PF2-RAZO PF3-SAI F8-AVANCA PF10-EMAIL PF12-RETORNA
    
```

Fonte: SIAFI

Figura 3: Provisão Recebida 2016: Concessionárias de serviço público.

```

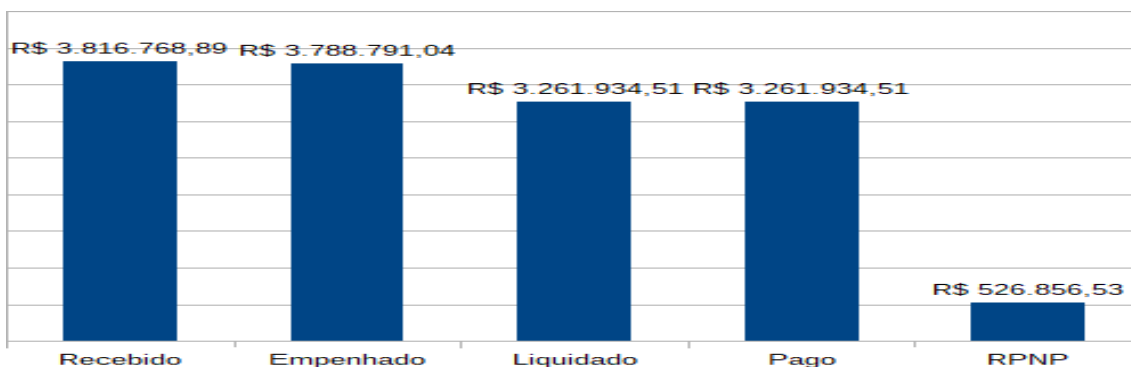
SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)
23/11/18 22:03 USUARIO : ARRUDA PAGINA : 3
UG EMITENTE : 160354 - 10 BATALHAO LOGISTICO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO
CONTA CONTABIL : 522210100 - PROVISAO RECEBIDA

CONTA CORRENTE SALDO EM R$
N 1 088974 0100000000 339030 160539 FAOPPREININ 18.935,36 D
N 1 088974 0100000000 339030 160539 FAOPPRESICO 499,80 D
N 1 088974 0100000000 339039 160539 FAOPPREADES 6.161,20 D
N 1 088974 0100000000 339039 160539 FAOPPREAGLO 1.100,00 D
N 1 088978 0100000000 339000 160073 I3DAFUNADM 53.406,86 D
N 1 088978 0100000000 339000 160073 I3DAFUNCONC 247.612,51 D
N 1 088978 0100000000 339000 160073 I3DAFUNCONT 3.193,46 D
N 1 088978 0100000000 339139 160073 I3DAFUNADM 5.000,00 D
N 1 088978 0100000000 449000 160073 I3DAFUNADM 5.420,00 D
N 1 088978 0129000000 339000 160073 I3DAFUNADM 21.228,79 D
N 1 088983 0100000000 339030 160504 E5MMSUNCOLU 89.888,78 D
N 1 088990 0100000000 339030 160504 ETDATRSAPIO 1.000,00 D
CONTINUA ...
PF1=AJUDA PF2=RAZAO PF3=SAI F7=VOLTA F8=AVANCA PF10=EMAIL PF12=RETORNA
  
```

Fonte: SIAFI

Conforme Figura 4 em comparação com o Figura 1, foi observado que foi um ano com uma drástica redução no valor da provisão recebida, todavia, verificamos uma melhor gestão no tocante a inscrição em Restos a Pagar, o que se pode inferir uma melhor eficiência no emprego dos recursos orçamentários daquele ano.

Figura 4: Execução orçamentário-financeira 2017



Fonte: SIAFI

Houve um decréscimo de aproximadamente 30,37% na provisão recebida, em valores foi na ordem de R\$ 1.600.000,00 que deixaram de ser descentralizados para a UG em comparação a 2016.

É oportuno reforçar que as UG do Comando do Exército não sabem quanto vão receber ao longo do ano e nem o período, exceto para os créditos

solicitados aos Órgãos de Direção Setorial (ODS), os demais valores são uma verdadeira “surpresa” quando descentralizados, além do fato de que as NC, em geral, são descentralizadas com prazo de empenho e finalidade do crédito explícito na Nota, conforme verificado na Figura 5. O prazo estipulado pelo ODS precisa ser cumprido ou o Ordenador de Despesas deve manifestar, por meio de mensagem SIAFI destinada ao Órgão que remeteu a NC, a informação de que não tem condições de empenhar a NC, para que seja recolhida e remanejada a outra UG que tenha forma legal de utilizá-la.

Figura 5: Nota de movimentação de Crédito

```

SIAFI2018-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)
13/11/18 17:46 USUARIO: ARRUDA
DATA EMISSAO : 16Ago18 VALORIZACAO : 16Ago18 NUMERO : 2018NC402763
UG EMITENTE : 160502 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160354 / 00001 - 10 B LOG
DESERVACAO
B4A0M03FH20#SOLICITACAO : 201803000106 - ADEQUACAO CORPO DA GUARDA 100 B LOG
- PRAZO PARA EMPENHO: 22082018
NUM. TRANSFERENCIA :
EV. ESF PTRES FONTE ND SB UGR PI VALOR
300063 1 088997 0100000000 339039 160502 B40M0BMAQUA 329.262,25
LANCADO POR : 09787885727 - JONNES UG : 160502 16Ago18 14:01
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESELHO PF12=RETORNA
MA a 01/001
    
```

Fonte: SIAFI

Empenhar 100,00% dos créditos recebidos não é sinônimo de eficiência. Soma-se ainda, outro ponto que poderia impactar na inscrição em RP, o pelo fato de que existe uma certa confusão entre a figura do Ordenador de Despesas e do comandante de uma Organização Militar, que em geral são a mesma pessoa, mas com funções distintas. Dentro da Força a função tende a misturar-se com o lado militar. Partindo do princípio de que no Exército os pilares fundamentais são a Hierarquia e a Disciplina, percebe-se um certo receio do Ordenador de Despesas/Comandante, que em geral é um Coronel, de responder

negativamente quanto a oferta de descentralização de crédito de um ODS, normalmente dirigida por um oficial general.

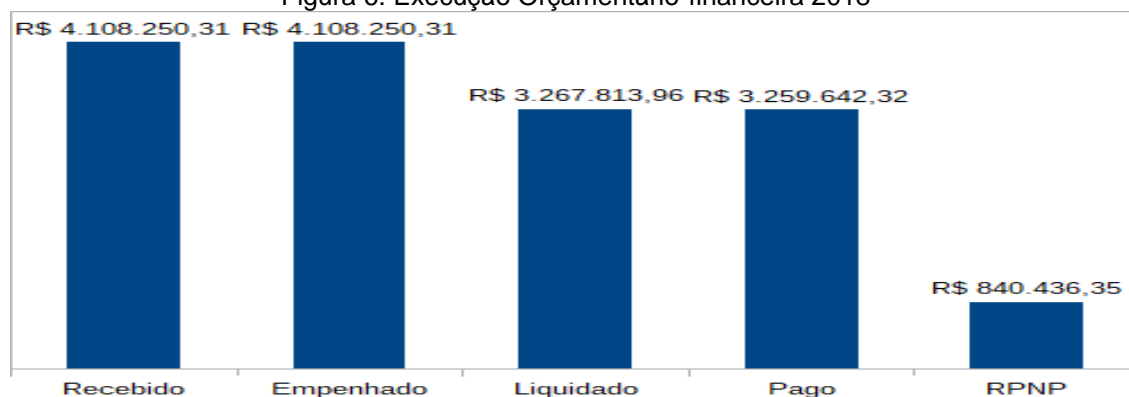
O lado militar prevalece em relação ao lado gestor público, o que pode acarretar dificuldades no emprego do crédito ou até mesmo em uma irregularidade, ante a premissa de executar a NC dentro do prazo estipulado.

Voltando a análise dos valores, em comparativo dos valores inscritos em RPNP, em 2017, em relação ao ano de 2016, houve um decréscimo de 45,84%, o que representou aproximadamente R\$ 445.000,00 a menos que o inscrito em 2016.

Ao chegarmos na análise do exercício financeiro de 2018, tivemos também a assunção de um novo Ordenador de Despesas, onde tivemos condições de verificar a gestão orçamentária de dois OD diferentes da Unidade.

No tocante aos valores absolutos dos dados extraídos do SIAFI, o montante da provisão recebida em 2018 foram superiores aos de 2017.

Figura 6: Execução Orçamentário-financeira 2018



Fonte: SIAFI

Com a apresentação dos valores dos dois últimos exercícios financeiros e o de 2018, foi verificado que não houve uma equidade dos valores da provisão recebida, em geral pelo motivo de haver em todos os anos a descentralização de recursos orçamentários para atender despesas com pessoal, que conforme já explicado, só contabilizados para fins de execução orçamentária e financeira.

Foi verificado que o baixo percentual de liquidação/pagamento das NE de 2018, era pelo fato de a UG estar com serviço de manutenção de bens imóveis em curso.

Além disso, em geral, não há um planejamento prévio para a aplicação dos recursos orçamentários que possam vir a serem descentralizados, salvo aqueles solicitados para o Escalão Superior. Então, podemos considerar que o problema não é o valor da provisão recebida em si, e sim uma falta de planejamento. Procuramos evidenciar um demonstrativo resumido da execução da despesa, dos 3 exercícios financeiros analisados, através da Tabela 1.

Tabela 1: Demonstrativo da execução Orçamentário-financeira 2016 a 2018

Exercício	Provisão Recebida (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado/Pago (R\$)
2016	5.481.801,05	5.468.083,57	4.495.276,78
2017	3.816.768,89	3.788.791,04	3.261.934,51
2018	4.108.250,31	4.108.250,31	3.267.813,96

Fonte: SIAFI

Ainda há, em geral, uma visão de que é melhor a agilidade e empregar o valor em algo útil, porém em um objeto desnecessário naquela ocasião a concordar com a incapacidade de emprego do valor e aceitar seu recolhimento, em outras palavras, eficácia em detrimento da eficiência.

CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas nos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018, em que foram colhidas as informações necessárias para atingirmos os objetivos geral e específicos, e apontarmos a importância de uma eficiente execução orçamentária em uma Unidade Gestora, no caso a 160354 – 10º Batalhão Logístico.

Utilizando das diversas fontes de consulta disponíveis, seja as de acesso público como o Portal da Transparência do Governo Federal, seja as de acesso interno como o SIAFI e o SAG, foi possível obter dados importantes como forma de verificar, comparar e apresentar a execução da despesa na UG,

reconhecendo como as ferramentas disponíveis para os agentes da administração podem ajudar ao OD na tomada de decisão, além de verificar a eficiência na gestão do crédito sem avaliar diretamente a figura do Ordenador de Despesas.

Observamos as dificuldades que o OD encontra para executar a NC e que a falta de planejamento ocasiona aquisições úteis, porém desnecessárias no período, além de impactar diretamente no montante que conseqüentemente poderá ser inscrito em Restos a Pagar, pois em geral, há uma tendência a considerar mais importante empenhar para “tirar” o crédito da conta em detrimento da qualidade ou utilidade do bem adquirido. Consideramos não ser justificado a não previsão da Dotação Orçamentária um motivo plausível para a falta de planejamento para a execução do crédito que viesse a ser descentralizado, pois a prontidão deve ser um estado permanente de uma Organização Militar e isso inclui a prontidão para executar os créditos a ela descentralizadas.

Foi verificada divergências de informações entre o Portal da Transparência e o SIAFI, o que, em um primeiro momento, dificultou a análise dos dados. Porém, tal fato deve-se ao referido Portal ter os dados alimentados pelo SIAFI não de forma simultânea e ainda consideramos que o fechamento dos meses no sistema não obedece o calendário civil, ou seja, é possível realizar ajuste contábeis ou apropriação da despesa no ano seguinte e contabilizar no ano anterior, como é comum no mês de janeiro. O Portal da Transparência já faz esse ajuste, porém no SIAFI há a divergência. Como forma de padronização, em casos que houve divergências entre os dados apresentados, foi levado em consideração os valores extraídos do SIAFI.

A busca pela eficiência, reforça a orientação de agilizar o emprego do crédito sem deixar de lado a legalidade dos atos do OD, além de que agilidade não é sinônimo de eficiência, prova disso são os dados apresentados de valores inscritos em RP de aproximadamente R\$ 980.000,00 em 2016, cuja a provisão recebida foi a maior em comparação aos 3 exercícios apresentados.

As gestões dos dois Ordenadores de Despesas no período analisado refletem as dificuldades na execução do crédito sem o devido planejamento, como

no caso de 2016. A experiência negativa de 2016 quanto a execução da despesa foi aprendida e aplicada, com isso tivemos a inscrição de R\$ 400.000,00 a menos em RPNP em 2017. Além disso, a gestão priorizou a agilidade na liquidação e posterior pagamento das NE, como forma de incentivar os credores a entregarem o bem ou prestarem o serviço para o qual foram contratados. A consequência positiva disso foi um percentual de aproximadamente 13% de NE inscritas em RPNP para o ano de 2018 ante aos 17% de 2016 para 2017.

Em 2018, novamente observamos um volume razoável de créditos descentralizados nos meses de março, julho e agosto e verificamos também um decréscimo nos meses de outubro e novembro deste ano, justificado principalmente pela expedição do calendário do encerramento do exercício financeiro, que fixou a data de 7 de dezembro de 2018 data-limite para emissão de Notas de Empenho para as UGs.

Para fins de eficiência na execução orçamentária nos períodos analisados, tendo como parâmetro os 3 estágios da despesa (empenho, liquidação e pagamento), foi levado em consideração a equidade dos seus valores, mas principalmente o valor inscrito em RP, de maneira proporcional a Provisão Recebida. Com base nessas informações, foi possível concluir que, em termos gerais, o ano de 2017 foi o que se destacou positivamente quando comparado aos anos de 2016 e 2018, sendo 2018 encerrou-se com o maior valor inscritos em RPNP, proporcionalmente, quando utilizado como parâmetro o montante de créditos descentralizados. Paralelamente a isso, cabe ressaltar que a data-limite para liquidação da despesa era dia 21 de dezembro de 2018.

No ano de 2017 verificamos uma redução de aproximadamente R\$ 1.300.000,00 na provisão recebida, mas observamos uma melhora na gestão, pelo fato de termos verificado uma certa equidade nos estágios da despesa (Empenho x Liquidação x Pagamento). Por esse motivo ficou evidenciado uma melhor gestão dos créditos destinados a UG, com isso houve uma redução de cerca de R\$ 400.000,00 em Notas de Empenho inscritas em RP naquele ano, além do fato mencionado anteriormente de não ter havido troca do Ordenador de

Despesas, o que foi possível melhorar a análise da gestão orçamentária e financeira da Unidade, fins de acompanhar a evolução de um ano para o outro.

Cabe aqui ressaltar que não objetivamos avaliar a pessoa do Ordenador de Despesas, e sim a execução do crédito sob sua responsabilidade em cada exercício financeiro.

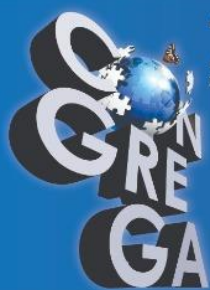
Concluimos, portanto, que não é quanto a UG recebe de crédito e sim a falta de um planejamento prévio somado a presteza cobrada pelos ODS, além da própria estrutura da Força, para executar os recursos orçamentários, que refletem na eficiência da Organização Militar analisada e que a sua importância visa demonstrar como uma Unidade Gestora do Governo Federal gere os recursos orçamentários a ela destinados, oriundos da arrecadação de impostos e quanto perde-se devido a falta de planejamento no emprego dos créditos. Ao finalizarmos, julgamos que esta pesquisa atingiu os objetivos proposto para este Trabalho, apontando as dificuldades dos gestores em empregar as NC recebidas, as consequências da falta de planejamento quando da execução dos recursos orçamentários a ela destinados e como um planejamento prévio poderia agilizar de maneira eficiente o emprego do crédito e reconhecendo como uma ferramenta de apoio a decisão, como é o caso do SIAFI, ajuda aos OD na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ARAUJO. E.M. **Os problemas na liquidação e pagamento da despesa em uma Unidade Gestora do Exército Brasileiro. 2016.** Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2213>>. Acessado em 15 de agosto de 2018.

BRASIL. 2011. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm>. Acessado em 25 de outubro de 2018.

BRASIL. 1964. **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acessado em 25 de outubro de 2018.



2021
25 a 29 de outubro

Revista da 17ª Jornada de Pós-Graduação
e Pesquisa - Congrega Urcamp

EDUCAÇÃO E
CIÊNCIA
PARA UM
MUNDO EM
RECONSTRUÇÃO



ISSN 2526 - 4397 1982-2960

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: UniversiadeFreevale, 2013, disponível em:
<https://books.google.com.br/books/about/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%Adfico_M%C3%A9t.html?id=zUDsAQAAQBAJ&redir_esc=y>. Acessado em 01 de maio de 2018.

298

TESOURO NACIONAL. **Execução orçamentária**, BRASIL. Disponível em:
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/execucao-orcamentaria>>. Acessado em 07 de maio de 2018.